

**ATA DA SEXAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Solicito ao deputado Paulo Duarte que assuma momentaneamente a primeira-secretaria, e ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE**.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, público presente neste Plenário e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *“Ata da Sexagésima Quinta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Pedro Kemp e secretariada pelos deputados Neno Razuk e Paulo Duarte, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Setenta e Cinco da Sexagésima Quarta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 23 a 26/2025, do Poder Executivo; Despacho nº 163.631.623.0096/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 0223/2025, da Câmara dos Deputados; Ofício nº 541/25 do Ministério de Minas e Energia; Ofício nº 19.6.355/25, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ofício nº SEI-3448/2025, do Conselho Federal de Medicina; Ofícios nºs 36.989, 36.993, 37.706, 37.744, 37.753, 37.757, 37.769, 37.773, 37.777, 37.786, 37.790, 38.259, 38.263, 38.268, 38.525/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 273/2025, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 221 e 222/2025, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 29.947/2025, da Procuradoria-Geral de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 3.917/2025, da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.184, 1.248 e 1.250/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Zeca do PT, Pedro Kemp, Professor Rinaldo, Caravina, Roberto Hashioka, Paulo Duarte, Junior Mochi, Gleice Jane, Coronel David, Lia Nogueira e Lidio Lopes. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Lia Nogueira e Lucas de Lima. O presidente consignou em ata a presença dos servidores do projeto*

"Câmara vai à Escola" do município de Chapadão do Sul. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Resolução nº 2/2025 de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Resolução nº 8/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 206/2024, de autoria deputado Roberto Hashioka. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçadas aos familiares de Gabriel Barrios Pereira e Erminio Alvicio Benitez; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Londres Machado, endereçada aos familiares de Mário Tago; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao senhor Josué Ribeiro Costa, proprietário da Relojoaria Real, em reconhecimento pelos vinte e sete anos de relevantes serviços prestados ao comércio local de Dourados, comemorados neste dia 25 de junho de 2025; requerimento de moção de apoio, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos agentes de combate a endemias da Vigilância Sanitária e da Saúde, para equiparar as atividades e definir o piso salarial das referidas categorias, a ser encaminhado ao deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), presidente da Câmara dos Deputados, com cópia ao deputado Federal Wilson Santiago (Republicanos/PB); requerimentos de informações, de autoria das deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Mara Caseiro, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, Lucas de Lima, Pedro Kemp, Lidio Lopes, Roberto Hashioka, Renato Câmara, Gleice Jane e Jamilson Name. Foi pedido vista pela deputada Gleice Jane a moções de congratulação; Protocolos nºs 02569 e 02570/2025, de autoria do deputado Coronel David. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra a deputada Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, cinco de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Paulo Duarte, que proceda à leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente. Expediente da Sessão Ordinária de 06 de agosto de 2025: Ofício nº 1.442/2025, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 1088/2025); Ofício nº 318/2025, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2354/2025); Ofício nº 83/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações, respondendo à indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 2417/2025); Ofícios nºs 36.997, 37.001, 37.006, 37.010, 37.014, 37.018, 37.022, 37.026, 37.030, 37.034, 37.330, 37.337, 37.446, 37.472, 37.478, 37.486, 37.493 e 37.578/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações e requerimentos dos deputados Zé Teixeira, Coronel David, Pedrossian Neto, Roberto Hashioka, Pedro Kemp, Junior Mochi, Gleice

Jane, Caravina, Antonio Vaz, Lia Nogueira e Mara Caseiro (Prot. nºs 2102/2025, 1489/2025, 2255, 2106, 2271/2025); Ofícios nºs 1.146, 1.152, 1.169, 1.172, 1.176 e 1.190/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações deputados Neno Razuk, João Henrique, Pedro Kemp, Professor Rinaldo e Lucas de Lima (Prot. nºs 616, 1334, 1116, 1710, 544, 149, 723, 381, 426, 1710/2025); Ofício nº 7767 e 7957 da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Jamilson Name e Gleice Jane (Prot. nºs 1429, 1563/2025); Ofícios nºs 432, 1.274 e 1.275, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Caravina e Paulo Duarte (Prot. nºs 3142, 971, 3205/2025); Cartas nºs 0902 e 1493/2025, da Águas Guariroba, respondendo às indicações dos deputados Junior Mochi e Lucas Lima (Prot. nºs 2434, 2198/2025); Ofício nº 02/2025, da Associação Comercial e Empresarial de Dourados, respondendo à moção de congratulação da deputada Mara Caseiro (Prot. nº 2419/2025). Está lido o expediente, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Antônio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando meios de viabilizar uma moto resgate e uma autobomba tanque para atender às demandas do Corpo de Bombeiros de Rio Brilhante, cuja sede foi inaugurada em 2021 e conta com apenas uma autobomba rápida e uma autobomba tanque, entregues na mesma época. Em 2024, os militares enfrentaram grandes dificuldades para combater os diversos incêndios ocorridos no mês de agosto apenas com os veículos existentes no batalhão. Portanto, tendo em vista a necessidade de se aumentar o quantitativo de viaturas para o combate ao fogo e para aprimorar os atendimentos de emergência, solicitamos medidas no sentido de disponibilizar esses equipamentos para atender o município de Rio Brilhante. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a instalação de iluminação pública na avenida Wilson Paes Barros, no trecho que liga os bairros de São Conrado e Nova Campo Grande, nesta Capital. Recentemente foi realizado a extensão da avenida Wilson Paes Barros, ligando os bairros São Conrado e Nova Campo Grande, mas, de acordo com as informações dos moradores da região, ainda não foram instalados os postes de iluminação pública no local. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli,

secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a limpeza e manutenção da Praça Antônio Papi Neto, localizada no bairro Portal do Panamá, em Campo Grande. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado requerimento à Mesa Diretora, solicitando o Plenário para realização do da Conferência Estadual dos Direitos Humanos, que será transmitida ao vivo pela TV e Rádio Assembleia, assim como a sonorização, confecção de convite oficial e demais providências necessárias a realização deste importante evento que vai ocorrer às 19h. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares! Eu tenho um projeto de lei que estabelece medidas de proteção e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educação, no Estado de Mato Grosso do Sul, denominadas "SOS Educação". Artigo 1º - Ficam instituídas, no Estado de Mato Grosso do Sul, medidas de proteção e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educação, denominadas SOS Educação. Parágrafo único - Para fins desta lei, são considerados profissionais da educação os docentes auxiliares, coordenadores, bibliotecários, secretários e demais trabalhadores que atuem em instituições de ensino público ou privado, inclusive nas atividades de apoio pedagógico e administrativo, desde que mantenham contato direto com os alunos. Artigo 2º - Entende-se por violência contra os profissionais da educação qualquer ato resultante do exercício de sua atividade que, de forma direta, causem morte, lesão corporal ou prejuízo patrimonial. Parágrafo único - Entende-se igualmente por forma de violência a ameaça à integridade física e/ou ao patrimônio. Dos deveres do aluno. Artigo 3º - São deveres do aluno tratar com respeito e dignidade os membros da comunidade escolar, incluindo colegas, professores e funcionários; cuidar do material escolar, do ambiente, da sala de aula e de toda a escola, evitando depredação e sujeira; manter postura respeitosa e atenta em sala de aula, respeitando a autoridade dos profissionais da educação; seguir as regras, regulamentos e código de conduta da instituição de ensino, com o intuito de garantir a ordem. Parágrafo único - Comprovado o ato de violência contra o profissional da educação, que cause dano material, físico ou moral, ameaça à integridade física e/ou ao patrimônio, o aluno estará sujeito às penalidades estabelecidas pela instituição de ensino e pela legislação pertinente. Artigo 4º - Na hipótese da prática de violência física ou ameaça contra os profissionais da educação ou da sua chefia imediata, ao tomar conhecimento da ocorrência, deverá adotar imediatamente as seguintes providências: acionar imediatamente a Polícia Militar, encaminhar o profissional da educação agredido e comunicar o fato ocorrido com o devido registro por meio de Boletim de Ocorrência; encaminhar o profissional da educação agredido

ao hospital, posto de saúde, ou ao Instituto Médico Legal, se for o caso, para o devido atendimento e medidas cabíveis; acompanhar, se necessário, o profissional de educação agredido, para assegurar a retirada de seus pertences do estabelecimento do ensino ou do local da ocorrência; comunicar o fato ocorrido aos pais ou responsáveis legais do agressor e, no caso de aluno menor de dezoito anos, acionar o Conselho Tutelar, informar ao Ministério Público, comunicar oficialmente à Secretaria de Estado de Educação, nos casos das escolas da Rede Estadual de Ensino, a agressão ou ameaça ocorrida; informar ao profissional da educação os direitos a ele conferidos nesta lei. Artigo 4º - A chefia imediata do profissional da educação agredido adotará as seguintes providências em até trinta e seis horas após a agressão: registrar em ata o relato do profissional da educação agredido e providenciar o imediato afastamento do agressor do convívio da vítima no ambiente escolar. Portanto, senhor presidente, aqui tem toda a responsabilização do agressor. Esse projeto é no sentido de proteger os profissionais da educação, nas instituições de ensino, porque agressões têm se tornado uma grave realidade, comprometendo não apenas a segurança da integridade física e psicológica desses trabalhadores, mas também o ambiente escolar como um todo, afetando diretamente a qualidade do processo educacional. O presente projeto de lei visa estabelecer medidas claras de proteção e procedimentos específicos para os casos de violência contra os profissionais da educação, no Estado de Mato Grosso do Sul, sob a denominação de SOS Educação. Essa iniciativa é fundamental para garantir um ambiente escolar mais seguro, respeitoso, propício ao desenvolvimento dos alunos e ao exercício pleno da atividade docente e pedagógica. Eu tenho certeza que essas medidas trarão mais segurança aos profissionais da educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Cultura, Esporte e Turismo, senhor Marcelo Miranda, ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer (Fundesporte), senhor Paulo Ricardo, solicitando estudos técnicos para a implantação de uma pista de mountain bike no bosque do bairro Estrela Rolim, no município de Dourados. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Adilson Freitas Valdez. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares do senhor Moisés Moreira Alves, pelo seu falecimento ocorrido no dia 04 de agosto de 2025, no município de Campo Grande. O senhor Moisés era subtenente, maçom de grau 33 da Grande Oriente do Brasil, foi presidente da Pael, e exemplo de dedicação, honra e compromisso com os valores de cidadania e da fraternidade, tendo sua trajetória de vida marcada pelo respeito, retidão de caráter e pela contribuição significativa à sociedade sul-mato-grossense. Neste momento de dor, a Assembleia Legislativa se solidariza com seus amigos e familiares, em especial com sua esposa Isabel, suas filhas

Elaine e Gislaíne, suas netas Amanda, Maria Luíza, rogando a Deus que conforte seus corações. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) - Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) - Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e deputadas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, e também aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara e no Senado, solicitando gestão conjunta e direcionamento de recursos da União, visando à reforma do "Centro Aty Panambizinho", localizado no município de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a designação de quatro policiais militares para reforçar o efetivo na Unidade Policial que atende a região do distrito de Culturama, no município de Fátima do Sul. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PT) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Trago nesta manhã duas indicações. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito municipal de Aquidauana, senhor Mauro Luiz Batista, com cópia à secretária municipal de Educação, senhora Lizandra de Lima Beda, solicitando a construção de um Centro de Educação Infantil para atender os bairros Jardim Aeroporto 1 e 2, e bairro Arara Azul, no município de Aquidauana. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Wagner Romero. A construção de um novo Centro de Educação Infantil nessas localidades irá assegurar o direito das crianças à educação, promover maior inclusão social, além de contribuir para o desenvolvimento integral da primeira infância. Trata-se de um investimento essencial e estratégico, com impactos positivos a curto, médio e longo prazo. Diante disso, reforçamos a importância e a urgência desta solicitação, certos de que a educação deve ser prioridade em qualquer política pública voltada ao fortalecimento das comunidades e à redução das desigualdades. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando que seja realizado estudo de viabilidade técnica, orçamentária e estrutural para a construção de uma escola para atender os bairros Jardim Aeroporto 1 e 2, no município de Aquidauana. Essa

proposta visa atender ao pedido encaminhado ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Wagner Romero, considerando o crescimento populacional e a demanda crescente por vagas no ensino público nos bairros Jardim Aeroporto 1 e 2, no município de Aquidauana. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PT) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhoras e senhores que prestigiam esta sessão. Deputado Paulo, a polícia de Mato Grosso do Sul é conhecida e reconhecida, no Brasil, como uma das melhores, inclusive na elucidação de crimes contra a vida, e mesmo estando próximo da maior fronteira seca da América Latina, nós temos uma eficiência positiva, por isso eu parablenizo todos os agentes da Segurança Pública do nosso estado. Quero registrar aqui, deputado Coronel David, que nesses poucos meses de 2025 já perdemos vinte e uma mulheres assassinadas pelos seus companheiros, inclusive vou apresentar aqui um vídeo de uma senhora que estava sofrendo agressão doméstica e psicológica. Eu gostaria de pedir que os colegas ouçam o áudio dela e percebam a experiência de um cabo da Polícia Militar que atendeu essa ocorrência. [Execução de vídeo]. Senhor presidente, ontem quando ouvi isso, fiquei realmente admirado com a inteligência e a forma tranquila, tanto da vítima quanto do policial, que imediatamente percebeu que se tratava de um crime doméstico. Então é importante a gente enaltecer o trabalho do profissional que muitas vezes coloca em risco a sua própria vida e a segurança da sua família em favor da sociedade. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao coronel PM Carlos Alexandre Marques, pelo excelente profissionalismo do cabo Caniato ao atender uma mulher vítima de violência doméstica. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado Professor Rinaldo Modesto, se congratula com o policial militar Carlos Alexandre Marques e demais policiais militares pertencentes ao Centro de Operações da Polícia Militar (Copom), especialmente o cabo Caniato que atuou com profissionalismo, eficiência e estrito cumprimento do dever legal durante o atendimento da ocorrência de uma mulher, vítima de violência doméstica, que entrou em contato através do 190, pedindo uma dipirona. Naquele momento, o policial militar entendeu que o termo dipirona indicava perigo e grave ameaça, objetivando perguntas codificadas para saber quem era o agressor e o nível de violência. Essa atitude ocasionou o resgate da vítima sem ferimentos graves e a consequente prisão do agressor. A presente moção reconhece e enaltece a situação destemida dos policiais militares do Centro de Operações da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, como forma de reconhecimento público e institucional pelo serviço prestado com bravura e responsabilidade. Eu tenho certeza de que se não fosse a

intervenção da polícia, essa senhora seria a vigésima segunda vítima fatal do nosso estado. Portanto, eu apresento essa moção com muita alegria e espero que um dia a gente não precise mais tocar nesse assunto, e que homens e mulheres possam realmente viver em harmonia. Era o que eu tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa) — Peço licença para assinar com Vossa Excelência.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, eu acho que nós deveríamos transformar essa moção em nome da Casa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa) — Perfeitamente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu acho que é bastante merecido o reconhecimento desse trabalho e é importante dizer o quanto a nossa Polícia Militar está preparada para entender esses recados sobre a violência doméstica que tem acontecido no nosso estado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu espero que esse exemplo seja seguido no dia a dia e que as mulheres se encorajem cada vez mais a fazer a denúncia com sabedoria, preservando assim suas vidas. Tenho a honra de permitir que todos os vinte e quatro deputados sejam signatários dessa moção.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu ia apresentar essa moção hoje, mas com a sua permissão eu gostaria de assinar junto com o senhor. Senhor presidente, com relação a essa moção apresentada pelo deputado Rinaldo, se houver outros deputados interessados em assinar, eu pediria a sua permissão para que ela fosse transformada pela Casa, até porque esse é um momento em que a vida de muitas mulheres estão sendo ceifadas pelo crime de feminicídio. Tenho certeza que essa ação da Polícia Militar vai evitar, de forma preventiva, muitos episódios de violência e também poupar muitas vidas de mulheres que sofrem violência doméstica quase todos os dias.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu queria fazer essa mesma colocação, porque eu ia ler uma moção, mas a deputada Mara e a deputada Lia fizeram essa solicitação para que fosse uma moção da Casa e acho que é importante a gente assinar. Inclusive quero solicitar que aceite a nossa solicitação, deputado Rinaldo, por entender que é uma política importante, algo que funciona, que deu certo e que pode ser exemplo de boas práticas do serviço público, nesse caso, da Segurança Pública, que precisam ser incentivadas. Obrigada.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — A alegria é minha.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Só um minutinho, deputado Professor Rinaldo, tem o aparte da deputada Lia.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Só para reforçar, eu também preparei essa moção e creio que ela é bastante oportuna para que realmente seja feita em nome da Casa, porque num momento em que a gente está falando sobre a violência contra nós, mulheres, num momento em que o Mato Grosso do Sul chega ao vigésimo primeiro caso de feminicídio, não podemos naturalizar nem normalizar isso, mesmo porque são vidas que estão sendo perdidas em um estado ainda muito machista. O Mato Grosso do Sul, salvo engano, ocupa o segundo lugar nos casos de violência contra mulheres no Brasil. Na contramão disso tudo, nós podemos ver o preparo da Polícia Militar, a sensibilidade desse policial que enxergou que aquilo seria, na verdade, um pedido velado de socorro, e conseguiu salvar mais uma mulher. Eu creio que é muito oportuna e necessária a demonstração de que a nossa polícia está preparada. Esse é o modelo de policiamento, essa é a rede de proteção que nós queremos para as mulheres do nosso estado. Somo-me à moção de Vossa Excelência.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu não tenho dúvida de que os vinte e quatro deputados estão engajados nessa luta. Essa reiterada discussão, deputada Mara, é o que permite a conscientização das pessoas. Eu parableno não apenas a Polícia Militar, mas também a inteligência e a frieza, do ponto de vista psicológico, desse policial que apesar de estar sendo acometido pela pressão pela forma como ela o abordou, de primeira mão não titubeou e em segundos percebeu que era um pedido de socorro, já que ali não era lugar de pedir remédio, e já se comunicou em código. Eu tenho certeza de que esse será um exemplo a ser seguido por outras possíveis vítimas. É uma alegria permitir que seja apresentada a moção em nome dos vinte e quatro deputados. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e a todos que acompanham esta Sessão. Eu tenho um projeto de lei. Autoriza a aplicação imediata de medida de segurança pública administrativa para resguardar, manter ou reintegrar a posse ao legítimo possuidor ou proprietário de bem imóvel público, privado, rural, urbano, ou prédio público, que está na iminência de sofrer turbação ou esbulho possessório, causado por invasão ou ocupação clandestina, coletiva ou individual, e dá outras providências. Para efeito desta lei, consideramos invasão a entrada ou permanência individual ou coletiva, sem permissão, em imóvel de alguém, que seja público ou privado, rural ou urbano, sobre a natureza de posse ou de propriedade. E também, senhor presidente, a fim de dar cumprimento a esta questão, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul utilizará as forças de segurança de sua competência para cumprir a presente lei, sem prejuízo de receber apoio de forças de segurança da União ou de qualquer outro ente da Federação. Eu termino o projeto de lei prevendo que o Governo do Estado poderá regulamentar esta lei, por meio de decreto, para sua efetiva eficácia jurídica e social. Eu tenho também uma moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Delegacia Especializada de Repressão a Roubos a Bancos, Assaltos e Sequestros (Garras), pela sua exímia atuação no corrente ano de 2025 até o presente momento. O reconhecimento se deve à extraordinária produtividade e desempenho exemplar alcançados pela unidade em 2025. Os números são o testemunho inegável do compromisso, da dedicação e da eficiência dos valorosos policiais que compõem o Garras. Somente isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, população que nos prestigia com a presença, equipe da Assembleia e imprensa presente. Quero apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, solicitando informações detalhadas sobre o andamento do Inquérito Civil nº 1.21.000.000746/2025, instaurado em decorrência da denúncia e representação formalizada por esta Casa, através da Comissão Temporária para Acompanhamento da Concessão da BR-163, instituída por meio do Ato nº 073/2024. O que está sendo requerido é informação sobre o estágio atual em que se encontra o inquérito mencionado. Precisamos saber quais foram, até o momento, as providências adotadas pelo Ministério Público Federal com relação à denúncia e à representação formalizada por este Parlamento. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja

encaminhada moção de congratulação ao Capítulo Dois de Abril nº 390 da Ordem DeMolay, em reconhecimento à conquista do 2º lugar no Desafio Ritualístico Capitular, durante o Congresso Nacional da Ordem DeMolay de 2025, realizado entre os dias 18 e 20 de julho, na cidade de São Luís do Maranhão. Do mesmo modo, que seja enviada uma moção de congratulação ao Capítulo Nova Era nº 909 da Ordem DeMolay, em reconhecimento às importantes conquistas obtidas no Congresso Nacional da Ordem DeMolay, realizado entre os dias 18 e 20 de julho. Destaca-se o 1º lugar no Desafio Nacional de Filantropia, uma campanha que promove ações filantrópicas por meio de uma competição, ressaltando a importância da solidariedade, empatia e responsabilidade social, e também o 2º lugar na campanha 'Irmão Sangue Bom', uma iniciativa nacional que incentiva a doação de sangue, por meio de uma competição, destacando o compromisso com a saúde pública e o salvamento de vidas. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente. Ao cumprimentá-lo, já adianto que hoje não vai ter moleza, o Palmeiras vai ganhar do Corinthians, o jogo é duro. Quero saudar também a Mesa Diretora, os colegas deputados e deputadas, e quem nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Eugenir Maria de Lima, falecida em 31 de julho de 2025, na cidade de Nova Andradina. Eugenir iniciou sua jornada como professora primária na Escola Santo Antônio, mas a sua militância sindical, no entanto, intensificou-se quando se tornou uma das fundadoras da Associação dos Professores de Nova Andradina, integrando a primeira diretoria entre os anos de 1978 e 1980. Essa associação foi um marco histórico, que representou o início da organização dos educadores da cidade e culminou na formação do Sinted de Nova Andradina. Além de sua militância, Eugenir Maria de Lima exerceu funções na administração educacional, como delegada regional de Educação, assumindo a responsabilidade pela gestão de diversas escolas estaduais em cidades da região, como Nova Andradina, Batayporã, Taquarussu, Bataguassu, Ivinhema e Angélica. Foi também diretora, por décadas, da Escola Estadual Irma Ribeiro de Almeida e Silva, onde iniciou a 'Campanha do Tijolinho' para murar a escola. Assim, ao manifestar nosso apreço e sentimentos, encaminhamos a presente moção. Tenho aqui também um projeto de lei que institui o Caminho do Imaculado Coração de Maria como manifestação cultural e religiosa no Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo-o no Calendário Oficial de Eventos instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, e dá outras providências. Artigo 1º - Reconhece e institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Caminho do Imaculado Coração de Maria como manifestação de fé, cultura e

religiosidade popular. Artigo 2º - O Caminho do Imaculado Coração de Maria tem por finalidade reunir devotos em ato de fé, propiciando um momento de reflexão, espiritualidade e devoção mariana. Parágrafo 1º - O Caminho do Imaculado Coração de Maria acontece anualmente na última semana do mês de maio, com início no município de Bataguassu e término na Catedral do Imaculado Coração de Maria, localizada na cidade de Nova Andradina. Parágrafo 2º - O trajeto compreende o seguinte roteiro: 1º - Bataguassu; 2º - Anaurilândia; 3º - Batayporã; 4º - Nova Andradina. Artigo 3º - O Caminho do Imaculado Coração de Maria fica incluído no Anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010, a ser realizado anualmente na última semana do mês de maio. Artigo 4º - As igrejas católicas interessadas poderão incluir o Caminho do Imaculado Coração de Maria em seu calendário anual de comemorações e festividades, promovendo a divulgação junto às suas comunidades e organizando manifestações religiosas e culturais no percurso da peregrinação. Artigo 5º - O Caminho do Imaculado Coração de Maria será considerado uma fonte geradora de fluxo turístico no Estado de Mato Grosso do Sul. Justificativa. Este projeto de lei visa eternizar essa peregrinação religiosa e cultural em nosso estado, que já ocorre há 11 anos e tem se consolidado como uma expressão de fé e devoção. O percurso totaliza uma extensão de 160 quilômetros, divididos entre estradas de asfalto e de terra, adentrando zonas rurais e urbanas. A peregrinação foi idealizada pelo padre Moacir Miguel dos Santos e por Ana Nelly Castelo Branco Sanches, da Paróquia São João Batista de Bataguassu, e sempre contou com a participação de fiéis de outras paróquias. O objetivo é celebrar e conservar a história religiosa como patrimônio cultural do Estado de Mato Grosso do Sul. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado. E viva o Palmeiras!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vou retrucar, Vossa Excelência estava indo superbem. E vai, Corinthians! Coma a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Senhor presidente, eu me inscrevi aqui, mas transfiro a palavra e quero dizer também: vai, Corinthians!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Vai, Flamengo! Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e também pela TV e Rádio Alems. Eu ia apresentar a moção de congratulação ao policial militar que salvou uma vida, mas o deputado Rinaldo Modesto já fez a apresentação e agora esta Casa vai assinar. Eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste

Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao senhor Maurício Simões Correia, secretário de Estado de Saúde, e ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando a disponibilização da Caravana da Castração de pets para o município de Dourados e região da Grande Dourados. Esta solicitação visa atender à crescente demanda da população por serviços públicos de castração de cães e gatos, como medida de saúde pública, controle populacional e bem-estar animal. A Caravana da Castração, promovida pelo Governo do Estado, em parceria com os municípios, tem se mostrado uma ação eficiente e de grande alcance, beneficiando diretamente famílias de baixa renda e promovendo ações educativas sobre a guarda responsável. Em Dourados e em toda a região sul do estado, observa-se um aumento considerável no número de animais, o que gera impactos ambientais, sanitários e sociais, além de sobrecarregar entidades de proteção animal e clínicas veterinárias públicas e privadas. A ida dessa caravana vai representar importante reforço nas políticas públicas destinadas à causa animal, promovendo dignidade, saúde coletiva e cuidado com a vida. O município de Dourados possui o maior número de aldeias e a maior reserva indígena urbana do Brasil, tem uma grande população de cães e gatos e é necessário dar uma atenção especial não só à causa animal, mas também à saúde pública. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a destinação de recursos para implantação e sinalização, por meio de placas e dispositivos eletrônicos como lombadas, no anel viário de Dourados, em especial no trecho em frente à Aldeia Boqueirão Bororó. Esta solicitação atende a um clamor da comunidade indígena residente na região da Aldeia Bororó, que fica às margens do anel viário de Dourados. Esse trecho, além de ser uma das principais rotas de acesso entre a aldeia e os bairros de Dourados, também é um caminho de estudantes, pedestres e ciclistas que circulam diariamente em condições de alto risco, onde, infelizmente, os acidentes têm se tornado recorrentes, inclusive na última sexta-feira, dia 1º de agosto, mais um indígena foi atropelado, fato que gerou comoção e revolta entre os moradores. A população já realizou manifestações, solicitando providências para a implementação de medidas de moderação de tráfego, como lombadas eletrônicas, travessia sinalizadas e redutores de velocidade, essenciais para a preservação da vida, sobretudo de crianças e idosos que precisam atravessar essa via diariamente. A ausência de sinalização e infraestrutura adequada nesse ponto evidencia a urgência de ações concretas por parte do Governo do Estado. Vale destacar que essa obra do anel viário é uma forma de desafogar o tráfego pesado do perímetro urbano, devido ao crescimento daquela região, em especial da reserva indígena, mais especificamente da Aldeia Bororó que fica ali nos fundos e tem acesso ao anel viário. Devido ao tráfego intenso, essa obra foi pensada para trazer trafegabilidade e segurança,

só que hoje nós estamos enfrentando problemas com a falta de sinalização na reestrutura daquele trecho. Por hoje é isso, obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PT) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Senhor presidente, eu trago um único requerimento. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Sanesul, Renato Marcílio da Silva, solicitando as seguintes informações relacionadas à obra de esgotamento sanitário no município de Eldorado, cuja paralisação e falta de recomposição do asfalto tem gerado diversos transtornos à população local. 1- Qual a empresa responsável pela execução das obras de esgotamento sanitário no município de Eldorado? 2 - Quais os motivos que levaram à paralisação dos serviços e por que ainda não foram realizados os devidos reparos na pavimentação asfáltica nos trechos onde as intervenções já foram realizadas? 3 - Quais as providências estão sendo adotadas para a correção dos danos causados e retomada imediata do serviço? Na verdade, a execução do esgoto está a cargo da MS Pantanal, dentro do programa da PPP, a fiscalização do trabalho está a cargo da Sanesul e da Agems, mas deve ter acontecido algum problema. Nós sabemos que está havendo instalação do esgoto em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro do programa de universalização, inicialmente previsto para 2030, mas, provavelmente, vai ser antecipado. Esses transtornos acontecem e de repente alguma empresa que está destacada para fazer esse trabalho terceirizado pode não estar executando o serviço. Senhor presidente, nós temos que ficar atentos a um fato importante que já vem acontecendo em alguns municípios: antes mesmo da autorização da empresa para fazer a ligação, as pessoas, na ansiedade de ter o esgoto ligado, fazem por conta própria. Nesses casos, se a elevatória não estiver funcionando, esse esgoto acaba voltando e vazando na via urbana. Eu tenho conversado com o pessoal da MS Pantanal para que seja dada uma atenção especial nessas elevatórias, para que informem à população sobre a proibição da ligação desses esgotos sem a autorização da Sanesul, para que não sejam criados transtornos. Temos como exemplo uma ligação feita num bairro em Bataguassu, sem autorização, que agora está ocasionando vazamento de esgoto na via pública, inclusive houve a reclamação dos vereadores. Então, é um ponto a ser dada a devida atenção. Nós já sabemos da importância do Programa de Esgotamento Sanitário, somos favoráveis à PPP que deu condições para atingirmos a universalização, e se não fosse essa PPP, provavelmente não conseguiríamos ter esgoto em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Lembrando que os órgãos de fiscalização e controle, como a Sanesul e a Agems, existem justamente para isso, para que a população não seja prejudicada e para

que as coisas aconteçam como foi programado. Esse pedido foi feito pela vereadora Daiane, e com certeza o presidente Renato vai nos informar sobre a situação específica de Eldorado, para posteriormente passarmos para a vereadora o andamento dessa obra tão importante para o município. Era só, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Quero registrar e agradecer a presença do vice-prefeito de Bodoquena, Emerson Luna Bonfim. Um grande abraço para a minha companheira Girleide. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa! Bom dia, nobres pares, a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e a quem nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, eu quero fazer uma indicação. Requeiro a Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização de estudos técnicos de viabilidade para substituição da ponte de madeira por uma de concreto, no Travessão da Carmelandia, na divisa entre os municípios de Douradina e Itaporã. A presente proposição atende a uma demanda legítima da população dos municípios supracitados, que há tempos reivindicam a substituição da ponte de madeira do Travessão, por uma estrutura em concreto armado. O pleito ora apresentado traduz essa necessidade presente, evidenciando a imperiosa urgência de assegurar segurança pública e eficiência na aplicação dos recursos públicos em promoção do desenvolvimento sustentável da região, garantindo a comodidade, continuidade e otimização da mobilidade no isolamento econômico local. Justificativa anexa. Obrigado. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, eu gostaria de convidar os nobres pares para se fazerem presentes na Sessão Solene em comemoração ao Dia do Advogado, com a outorga de Medalha do Mérito Advocatício aos colegas advogados do Mato Grosso do Sul, amanhã, dia 7. O Dia do Advogado é comemorado dia 11, mas resolvemos antecipar a comemoração. Quero ainda registrar, com muito orgulho, a presença das amigas de Eldorado, professora Maria da Silva, professora Alessandra e professora Lucilene Santtuze que foi quem me inseriu no cenário político do município de Eldorado. É uma honra poder recebê-las aqui nesta Casa, nesta manhã. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Sejam bem-vindas à Assembleia Legislativa. Eu vou me somar ao deputado Lidio Lopes, por quem tenho um respeito profundo pela atuação no Cone Sul. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 02648/2025); um requerimento (Prot. nº 2641/2025). De autoria do deputado Caravina: um requerimento (Prot. nº 2651/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 02628/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 02630/2025, 02629/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 2652/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 2653/2025); um projeto de lei (Prot. nº 2654/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 2639/2025, 02638/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 02640/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 02646/2025, 2645/2025, 2644/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de congratulação (Prot. nº 02650/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 2573/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 02642/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de pesar (Prot. nº 02647/2025); um projeto de lei (Prot. nº 2649/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 02637/2025, 2636/2025, 02635/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 2643/2025); dois requerimentos (Prot. nºs 02634/2025, 02633/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 02632/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Primeiro inscrito, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Transfiro para o decano desta Casa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O deputado Londres Machado não está presente.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — O nosso decano é o mais velho.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ele é o nosso guru aqui na Casa. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Senhor presidente, ontem eu estava assistindo a sessão on-line, e um companheiro aqui da Assembleia fez um comentário dizendo que a polícia de Mato Grosso do Sul é uma das mais letais do país. Isso me preocupou e eu então peguei todos os dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública que tem a análise correta. Em 2024, a taxa de morte decorrente de intervenções policiais foi de 3% a cada cem mil habitantes, ficando apenas um ponto acima da média que é de dois mil e novecentos. Mato Grosso do Sul é o décimo estado com a maior taxa de mortes decorrentes de intervenção policial do país, com uma taxa de 3% para cem mil habitantes. O Estado do Amapá é o mais violento sobre mortes decorrentes de intervenção

militar, com 17%; depois a Bahia, com 10%, e o Pará, com 7%. Apesar disso, o estado registrou uma redução de 34,9% na taxa de mortes decorrentes de intervenção militar, em 2024. Em relação ao total de mortes violentas intencionais, a proporção do Estado de Mato Grosso do Sul foi de 15,8%, em 2024, se enquadrando no segundo grupo de letalidade, sendo que a morte por intercorrência da polícia apresenta entre 10% e 20%. O nosso estado apresentou quatrocentos e vinte e um homicídios dolosos, uma taxa de 14,5% para cada cem mil habitantes, o que representa uma queda de 6,8% em relação a 2023. O estado registrou quinhentas e quarenta e quatro mortes violentas intencionais, em 2024, com uma taxa de 18,7% a cada cem mil habitantes, ou seja, inferior à média nacional que é de 20,8%, portanto uma queda de 10% para 2%. O Mato Grosso do Sul é o sexto estado brasileiro que não teve registros de mortes de policiais militares e civis, por confronto. Os outros cinco estados são: Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Sergipe. Então, eu acho que houve aqui vários confrontos com bandidagem, com o tráfico de drogas, com o PCC, com o Comando Vermelho, e nós tivemos a sorte de a polícia de Mato Grosso do Sul ser qualificada e não termos perdido policiais. Nós temos que nos orgulhar de ter um secretário de Segurança Pública e um Governo que olha para esse setor, mesmo porque quanto mais tecnologia tivermos para tirar bandidos de circulação, mais segurança teremos em casa, com os nossos filhos e até com o nosso patrimônio. O Mato Grosso do Sul é diferente, porque em Goiás, o governador Ronaldo Caiado disse o seguinte: "Aqui não é estado de bandido, bandido aqui não consegue prosperar". Foi então que eles foram parar no morro do Rio de Janeiro para fazer a organização criminosa, comprar fuzil clandestino, e todo santo dia nós vemos vários fuzis e mortes de policiais do Rio de Janeiro, porque não tem mais controle do Governo do Estado e muito menos intervenção séria do Governo Federal. O Ministro Lewandowski disse um dia desses que ia pegar a Segurança Pública e passar toda para o Governo Federal, porque ele não move uma palha, a não ser investir em presídios e ajuda para comprar armamentos e coletes. Na verdade, quem tem que comandar a Polícia Militar é o Governo do Estado, porque as mortes letais de policiais contra o grupo de bandidos de Comando Vermelho, do PCC e de traficantes atrapalham a vida dos brasileiros e do mundo inteiro, através de tráfico internacional, causando às famílias o maior perigo do mundo que é a droga. Todos os dias são apreendidos cem, duzentos, trezentos quilos, e isso é o que a polícia consegue ver quando tem bons informantes, porque é muito difícil a polícia pegar um caminhão de milho, com dez, doze mil quilos de maconha, se não tiver o cachorro para farejar, ou uma pessoa para denunciar. Então, eu quero parabenizar o secretário de Segurança Pública e o governador Eduardo Riedel, que entregaram para a sociedade nesta semana mais de quatrocentos policiais, porque há municípios em que faltam policiais e também delegados. Eu vejo lá em Laguna Carapã, assim como em Dourados, o tráfico de drogas crescendo dia a dia, justamente pelo fato de apreender só aquilo que dá para ver, que é mais ou menos 10%, porque os outros 90% passam. Tem também aquelas pessoas

que são usadas pelo tráfico para entregar pequenas quantias em Dourados, que vão presas, e o traficante fica livre. É isso o que está acontecendo lá na minha região, em Dourados, especialmente no distrito de Vila Vargas.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Conceda-me um aparte, deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA — O meu tempo já está esgotado, mas vou conceder um minutinho a Vossa Excelência.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu quero apenas dizer que concordo com a sua fala e pedir a valorização da nossa polícia, visto que fazemos fronteira com três países, o que torna o nosso estado diferenciado, e por isso a nossa polícia tem que ser eficaz, implementar medidas mais duras para que ele não seja dominado pelo crime organizado. No governo do Reinaldo, o nosso Estado era o sexto no ranking de melhores salários da polícia, hoje caímos para de 24º lugar, porque foi cortado o adicional de comando de 10% para 5% e a progressão de patente estabelecida por lei não cumprida. Existem mais de seiscentos cabos aptos à progressão, mas não tem vaga. Então, precisamos valorizar a nossa polícia. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu quero deixar aqui registrado o carinho que eu tenho há muitos anos pelo atual secretário de Segurança Pública, que se tornou escrivão de polícia ainda novo, quando os produtores rurais amanheciam amarrados e as máquinas eram transportadas para o país vizinho para serem vendidas. Isso foi na época do saudoso coronel Adib, que Deus o tenha, porque naquele tempo matava mesmo, era diferente, tanto que ele perdeu a cargo...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO ZÉ TEXEIRA (PSDB) — Infelizmente, não tem como, porque o meu tempo já se esgotou. Quero dizer que eu discordo plenamente do que eu ouvi ontem sobre a polícia, porque as letalidades que aconteceram aqui são contra a bandidagem, eu não vejo nenhuma letalidade com pessoas de bem, mesmo porque, quando se tira a bandidagem da frente a sociedade está protegida. Era só isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado pela compreensão deputado Zé Teixeira. Deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente. Antes de entrar na Ordem do Dia, gostaria de parabenizar o deputado Zé Teixeira pela fala. Quero dizer que nós temos aqui no Mato Grosso do Sul um sistema de segurança que é referência nacional, e a nossa Capital é a mais segura do país. A nossa polícia tem uma atuação

fantástica, principalmente em elucidar crimes de homicídio, o que nos traz segurança, tanto é que os marginais de alta periculosidade do país não querem vir para Mato Grosso do Sul, porque sabem que aqui o sistema é pesado. Em Caarapó teve um assalto a banco, estouraram um carro forte, houve troca de tiros e os bandidos acabaram sendo assassinados. A força desse segmento é tão agressiva que levaram esse cidadão para ser sepultado na cidade dele, que era Salvador, inclusive no dia do velório dele tinha um show da Cláudia Leitte e eles fizeram cancelar porque tinham que velar o meliante que foi morto aqui no Mato Grosso do Sul. Então, o que podemos perceber é que esse mundo do crime é muito agressivo e nós não podemos deixar que ele se sobreponha às honradas Polícias Militar e Civil de Mato Grosso Sul. Nós temos um secretário de Segurança Pública, o Carlinhos, exemplar, conheço a sua história desde quando ele era escrivão do saudoso coronel Adib, época do antigo GOF, quando eles acabaram com a bandidagem da região. Então, nós temos conhecimento do trabalho que foi feito, com muita competência, pelo Carlinhos Videira, uma pessoa que é especializada em segurança pública. É o que tinha. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado pela compreensão. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quorum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 206/2024. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Dispõe sobre a informação ao consumidor acerca do cancelamento de produtos ou de serviços por meio virtual". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Senhor presidente, hoje nós falamos aqui sobre Palmeiras, Corinthians e Flamengo, mas quero deixar registrado que sábado as mulheres do futebol deram um show, levando o Brasil para Copa América. Foi um jogo emocionante, as mulheres ganharam na prorrogação dos pênaltis, e eu acompanhei ali com o coração na mão. Então queria parabenizar as meninas do futebol brasileiro que deram um show de futebol neste final de semana. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Muito bem, deputada, graças à santa Marta. Estamos juntos. Vai Corinthians!

Projeto de Lei nº 206/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 031/2025. Autor: deputado Zeca do PT. Foi retirado de pauta por ausência do autor. Item 3. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 009/2025. Autor: deputado Zé Teixeira, e co-autoria dos deputados Junior Mochi e Mara Caseiro. "Cria a Comenda do Mérito Legislativo das Filhas de Jó Internacional, em Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Gostaria de registrar a presença do Clenilson Francisco da Silva e do Leandro das Virgens (Leo Mecânico), vereadores do município de Caarapó. Sejam bem-vindos a nossa Casa.

Projeto de Lei nº 009/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 010/2025. Autor: deputado Pedro Kemp. "Estabelece diretrizes e medidas para proteger o consumidor dos impactos das apostas virtuais no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Supressiva 01 e à Emenda Modificativa 02, tendo como relator o deputado João Henrique. A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Supressiva 01 e à Emenda Modificativa 02, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 009/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Duarte (PSB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Consulto o segundo-secretário sobre o resultado

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário. Quero aproveitar para agradecer os votos dos colegas e dizer que esse é um projeto muito importante, que visa conscientizar as pessoas dos riscos dos jogos virtuais que levam as pessoas à dependência, atingem a saúde mental e causam diversos prejuízos para as famílias, comprometendo, inclusive, o orçamento familiar. Então é importante que o poder público faça convênios com universidades e empresas privadas para conscientizar a população dos riscos desses jogos virtuais. Agradeço ao apoio de todos os colegas, senhor presidente.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu gostaria de pedir vista das Moções nºs 01821/2025 e 02037/2025.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Concedido vista a Vossa Excelência. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, quinze indicações, uma moção de apoio e cinco moções de congratulação. Em discussão...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, quero declarar aqui o meu voto contrário à moção de congratulação nº 0256902570, e justificar. Dizer que as moções enaltecem as atitudes da polícia, não vou questionar aqui a atitude porque sei que muitas questões fazem parte de um procedimento do trabalho, mas elas falam sobre a morte de pessoas que têm famílias, mães, que têm outras pessoas ao seu redor. Então, eu acho que não vale a pena a Assembleia Legislativa enaltecer a morte de ninguém, porque nós defendemos a vida e queremos que todas as pessoas fiquem vivas. Mesmo reconhecendo o trabalho da polícia, entendo que não podemos trabalhar dessa forma. Eu não estou dizendo "não" à polícia, mas à atitude de enaltecer a morte de outras pessoas, porque nós defendemos que todas as pessoas fiquem vivas e o que a gente quer é um sistema de segurança que sirva para todos. Nós fizemos um debate sobre isso, o deputado Zé Teixeira apresentou dados e ele tem razão, mas ele não falou sobre os dados que mostram que a letalidade policial aumentou muito de 2022 para 2023. Os dados de 2024 não refletem, realmente, uma diminuição na letalidade policial, porque em 2023 o índice foi muito alto, aumentou em mais de 160%, e isso nos preocupa. Nos estados onde a polícia estabeleceu como política a guerra ao crime organizado os próprios policiais passaram a ser vítimas dessa situação, e políticas como essa colocam em risco não somente a vida da sociedade, mas também dos policiais. Por isso eu declaro voto contrário a essa moção, no intuito de alertar que precisamos defender sempre a vida da população e a vida dos policiais. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelos deputados Gerson Claro e Coronel David, em razão do falecimento do senhor Roberto Duailibi. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento da senhora Aurezina Maria de Amorim. Moção de pesar, proposta pelos deputados Mara Caseiro e Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor Jonir Benedito de Figueiredo. Moção de pesar, proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Luiz

Torchetti Neto. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu não poderia deixar de comentar o que aconteceu ontem no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado, quando deputados e senadores, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, ocuparam as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, num protesto contra a prisão domiciliar do ex-presidente, impedindo que as sessões fossem abertas, impedindo a votação de projetos importantes para o País, como por exemplo, o projeto que isenta do pagamento de Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, que diminui o imposto para quem ganha até sete mil reais, e também projetos importantes para a economia do País. Nós tivemos aquela cena patética e ridícula, eu diria, parecendo os bobos da corte, sentados nas cadeiras da Mesa Diretora da Câmara e do Senado com uma fita adesiva na boca. O bom seria se essa fita pudesse ficar permanente, seria até um ganho para o País, porque esses deputados e senadores só falam asneiras. Eu tenho que registrar aqui o absurdo que foi aquela manifestação que paralisou os trabalhos do Congresso Nacional, prejudicando o País e o andamento normal dos trabalhos do Poder Legislativo, em favor de uma pessoa ou de uma família que praticou crimes graves enquanto o Bolsonaro era presidente da República. O tempo aqui é curto para elencar todos os crimes que foram praticados desde a pandemia, inclusive afronta às instituições do Estado de Direito no Brasil, e também com relação ao resultado das eleições que não aceitaram e planejaram um golpe de estado. É importante dizer que esse golpe chegou a ter no bojo dos planejamentos que fizeram até mesmo o assassinato de autoridades no Brasil, o assassinato do presidente eleito, do vice-presidente, e de ministro do Supremo Tribunal Federal. Esses crimes são objetos agora de um processo que está em tramitação no Supremo Tribunal Federal, e esperamos que até setembro seja julgada essa ação para que os responsáveis sejam punidos e paguem pelos crimes que cometeram. O que não dá para aceitar é um grupo de parlamentares irresponsáveis que tentam obstruir ou impedir o funcionamento normal do Poder Legislativo que tem que votar projetos importantes para a vida do povo brasileiro. Eu destaco aqui o projeto que isenta do pagamento de Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, o que não pôde ser votado porque aquele bando de irresponsáveis que poderiam utilizar um instrumento regimental de obstrução, porque isso é possível, estão ocupando as cadeiras da Mesa Diretora para impedir que as sessões sejam instaladas. É absurda a manifestação desses parlamentares e esperamos que hoje os presidentes das casas tomem providências para normalizar os trabalhos no Congresso Nacional. Eu queria dizer que quando o presidente Lula foi vítima de um conluio entre Sérgio Moro e Dallagnol, numa ação orquestrada para

criminalizá-lo e prendê-lo, os deputados do Partido dos Trabalhadores não ocuparam as Mesas Diretoras da Câmara e do Senado para impedir o funcionamento normal do Poder Legislativo, não depredaram a sede do Supremo Tribunal Federal, não depredaram a sede do Congresso Nacional e não depredaram o Palácio sede do Poder Executivo do Brasil. Portanto, essa história tem que chegar ao fim e eu espero que em setembro seja colocado um ponto final nisso, com a prisão definitiva do senhor Jair Bolsonaro que tanto mal já causou a este país e ainda vem causando. É um absurdo que o seu filho esteja nos Estados Unidos, conspirando contra a nação brasileira para tentar livrar a cara do pai da prisão, que é líquida e certa. É um absurdo que esse deputado ainda esteja recebendo salário da Câmara dos Deputados para conspirar contra a economia do país. Hoje entra em vigor o tarifaço do “Pato Donald” em cima de uma série de produtos. Esse tarifaço vai prejudicar, inclusive, o agronegócio, que foi quem financiou os acampamentos na frente dos quartéis no Brasil, e agora vai ser prejudicado pela irresponsabilidade da família Bolsonaro, principalmente do Eduardo Bolsonaro que está lá nos Estados Unidos conspirando contra o país. Quero dizer que me causou estranheza a manifestação do ex-governador Reinaldo Azambuja e do governador Eduardo Riedel sobre o que vem acontecendo no país. Quero dizer que lamento que o ex-governador Reinaldo Azambuja tenha feito uma nota dizendo: “A prisão domiciliar do presidente Bolsonaro, sem nenhum julgamento, muito menos condenação, escala ainda mais e afronta o Estado Democrático de Direito, cancela os direitos individuais e ameaça a liberdade de todos os cidadãos brasileiros”. Então, eu pergunto ao ex-governador Reinaldo Azambuja: o que mais contribui para a afronta ao Estado Democrático de Direito do que o comportamento da família Bolsonaro? Então, senhor presidente, eu acho lamentável uma nota dessa, quando o ex-governador Reinaldo Azambuja não condena os ataques da família Bolsonaro à economia do Brasil, conspirando lá nos Estados Unidos; não condena as afrontas do Bolsonaro ao Poder Judiciário, aliás, o Bolsonaro antecipou a sua prisão que vai acontecer em setembro, porque deliberadamente descumpriu as medidas cautelares para provocar a sua prisão, se colocar como vítima e levar os seus apoiadores, de novo, às ruas para fazer manifestação e instalar o caos no Brasil. Eu não vejo uma nota do Reinaldo Azambuja condenando a afronta ao Judiciário, às instituições e àquele que está conspirando contra o Brasil lá nos Estados Unidos. Eu só lamento a nota do governador Eduardo Riedel sobre a prisão domiciliar de Jair Bolsonaro. Com isso, senhor presidente, eu encerro dizendo que na segunda-feira a nossa bancada estadual e federal, os vereadores do PT e o presidente do partido vão se reunir para discutir toda essa conjuntura. O que eu vou defender nessa reunião é que deixemos o Governo, porque é incompatível permanecermos ocupando cargos no Governo sendo que o governador está se manifestando, dizendo que é injusta a prisão do Bolsonaro. Então, para nós fica incoerente pelas posições que defendemos de que os golpistas devem ser julgados e condenados. Nós não podemos aceitar conviver dentro do Governo, com o governador e

o ex-governador manifestando uma posição dessa, porque para nós é bastante complicado. Então, eu espero que meu partido decida, o mais rápido possível, a entrega dos cargos ocupados pelos filiados do PT no Governo. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Bom dia, presidente, público que nos assiste, já não temos muito público presente, mas ainda temos uma boa audiência. Quero dizer da minha alegria de saber que a minha defesa sobre sairmos do Governo imediatamente está ganhando força, já que o deputado Pedro Kemp vem aqui falar também desse assunto. Quero lembrar que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos que fazer um grande debate neste Estado, mesmo porque temos a compreensão de que esse Governo não é saudável para a democracia do país. Quero lembrar que já não é a primeira vez que o Riedel se manifesta dessa forma, inclusive ele já defendeu a anistia anteriormente, o que fez o partido se reunir e iniciar um processo de debate interno sobre a saída do Governo. Então, agora, eu acho que ele está pedindo isso, dizendo que não quer o PT por perto e que não quer a democracia também. Eu acho que é mais do que urgente que o PT tome essa decisão, inclusive vou continuar defendendo o que já faço há bastante tempo dentro do nosso partido. Dizer que essa postura do governador nos preocupa bastante, porque o que acontece no país, hoje, é muito sério, o que o Bolsonaro fez, a atitude dele não é de uma pessoa que esteve à frente de um estado, porque ele não está sendo condenado pelos crimes que cometeu agora, ele está num processo em que ele foi preso numa prisão domiciliar para garantir que as investigações sejam feitas, e o que ele fez foi desobedecer ações judiciais. Ele não está preso ainda por ter sido condenado, ele está preso por desobediência a ações do Poder Judiciário, e isso também é muito sério. O que o Bolsonaro fez foi uma demonstração de irresponsabilidade com o país, já que a família Bolsonaro se coloca acima de tudo. Aliás é assim que ele sempre falava mesmo, não é? Brasil acima de tudo e eles acima de todo o Brasil, acima de todo mundo, como temos percebido, inclusive com as investidas norte-americanas. O que o Eduardo Bolsonaro foi fazer nos Estados Unidos? Trabalhar contra o Brasil. Nós estamos vendo a reação do Trump, fazendo o que a direita dizia não querer, que é taxar a grande riqueza aqui também. Ele está taxando as exportações e quem exporta aqui são os ricos, as grandes empresas, com anuência e com a defesa da família Bolsonaro que se coloca acima de toda a economia do país. E nós não podemos defender isso, nós temos que defender o país. O que vimos nas manifestações desse domingo foi algo extremamente desconectado da realidade, algo que eu nunca vi no país, um movimento que traz a bandeira

norte-americana acima da bandeira brasileira. Ora, ou nós vamos defender o Brasil e ser patriotas, ou nós vamos ser subservientes ao imperador norte-americano, que é o que está colocado pra gente. Nós não podemos ser um país subserviente àquele que se coloca como imperador do mundo, que é o Trump, temos que ter muita seriedade nesse processo, não dá para ficar nessa defesa. Eu não consigo compreender essa extrema direita que está numa sinuca de bico, que não sabe se defende os empresários brasileiros, se defende a economia brasileira ou se defende os interesses norte-americanos, de uma nação que sempre se colocou acima do Brasil. Tem uma coisa que o Lula fala que é verdade, norte-americano pensa em primeiro lugar nos americanos, em segundo lugar nos americanos, em terceiro lugar nos americanos, em quarto e quinto lugar nos americanos, não pensa em mais ninguém. Nós vamos continuar nessa relação de subserviência? Eu acho que o Brasil precisa garantir a sua soberania, manter esse enfrentamento que o Lula tem feito e que tem ganhado repercussão no mundo inteiro como uma liderança que tem enfrentado esse modelo norte-americano de querer mandar em todo o mundo. É uma aberração a forma irresponsável que o Trump governa os Estados Unidos. A gente acompanhou a declaração sobre a Palestina, sobre o Irã, e aqui, com relação ao nosso país se coloca com essa superioridade. Nós somos brasileiros, não desistimos nunca, vamos continuar defendendo a nossa nação, a nossa pátria e agora vamos saber quem é que realmente defende a pátria e a bandeira brasileira, porque quem está defendendo a família Bolsonaro, não está defendendo o Brasil, está defendendo uma família acima do Brasil e está defendendo os interesses de outros países. Aqui no Mato Grosso do Sul, me estranhou muito as várias manifestações políticas do governador Eduardo Riedel, que condizem com essa manifestação de agora, com essa relação de subserviência a um modelo ditador, um modelo opressor que os Estados Unidos apresentam com relação ao Brasil. O governador Eduardo do Riedel já teve outras posições como essa, e mais uma vez ele reforça que pensa dessa forma, que acredita nisso e que ele não está do lado do povo brasileiro e nem do povo de Mato Grosso do Sul, ele está defendendo alguns interesses aqui no Estado que não são os interesses da população. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h36min).